

## RELENDO RAÍZES DO BRASIL

Luiz Carlos Bresser Pereira

Buarque de Holanda, Sérgio (1936-69) *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. Primeira edição, 1936; quinta edição, texto definitivo, 1969. Desconsideras reimpressões com denominação de “edição”.

Se houve cinco grandes livros sobre o Brasil escritos no Século XX, um deles é *Raízes do Brasil*. Publicado originalmente em 1936, foi segundo, pela ordem de publicação.<sup>1</sup> Como *Casa Grande & Senzala*, é um ensaio de grande valor não apenas científico mas literário, que vai buscar as origens do Brasil em Portugal e no latifúndio escravocrata ou na família patriarcal rural. Igualmente usa de um método dialético para exprimir com riqueza as contradições do objeto que está analisando. Como Freyre, mas com menos ênfase, reconhece o caráter mestiço da formação social brasileira, produto de ampla miscigenação com o índio e o negro. Mas as semelhanças param aí. Enquanto Freyre faz o elogio da colonização portuguesa e do latifúndio escravocrata, e celebra o seu grande êxito, Sérgio Buarque faz a crítica dessa colonização e das sua natureza aventureira e patriarcal; enquanto o primeiro vê no senhor de engenho o grande herói, o segundo o percebe de maneira muito menos lisonjeira; enquanto o sociólogo pernambucano identifica as plantações de cana-de-açúcar com as de café, o paulista aceita a identificação para as fazendas do Vale do Paraíba, mas não do Oeste Paulista; enquanto o autor de *Casa Grande & Senzala* vê apenas uma elite dirigente no Brasil, em *Raízes do Brasil* temos a sugestão de três elites – a patriarcal rural, a patrimonialista urbana que se constitui já no Império, e a burguesa paulista de base cafeeira; enquanto Freyre permanece fixado a uma idéia de Brasil agrário, latifundiário e mercantil – visão, aliás, que seria contraditoriamente partilhada por Caio Prado Jr.<sup>2</sup> – Sérgio Buarque sugere que o Brasil está passando por “uma grande revolução” desde meados do Século XIX, que tem na elite cafeeira e em

---

<sup>1</sup> - Publicado originalmente em 1936, *Raízes do Brasil* foi revisto pela última vez em 1967. Os outros quatro teriam sido, segundo minha avaliação, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933); *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. (1945); *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro (1957-75); e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959).

<sup>2</sup> - Ver Bresser Pereira (1989).

setores urbanos mais amplos da sociedade sua base; enquanto Freyre é o espírito conservador que vê nos senhores de engenho uma aristocracia da terra, e na sociedade brasileira uma grande harmonia, Sérgio Buarque salienta as limitações dessa elite dirigente rural e substitui a harmonia pelo “homem cordial”.

*Raízes do Brasil* não tem a incrível riqueza de informações sobre a vida colonial presente em *Casa-Grande & Senzala*, mas é um livro muito mais comprometido com o seu tempo. Se Freyre é o conservador por excelência, o Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil* não pode ser chamado de esquerda ou progressista. Faz uma crítica forte ao caráter ornamental do liberalismo brasileiro, enquanto defende a democracia. Mas essa defesa é limitada. Embora sendo um intelectual de São Paulo, não chega sequer a fazer a defesa da industrialização brasileira. Percebe que o futuro está na substituição de relações patriarcais por relações capitalistas de produção, em que as normas sejam mais claras, e os contratos, mais precisos, mas não deixa de sentir simpatia pelo seu “homem cordial”, fruto da velha ordem patriarcal, latifundiária e escravocrata.

O caráter dialético do pensamento de Sérgio Buarque, mais do que o de Freyre, permite-o lidar com contradições de maneira criativa. Antônio Cândido salientou muito bem este aspecto: “*Raízes do Brasil* é construído sobre uma admirável metodologia de contrários... A visão de um determinado aspecto da realidade histórica é *obtida*, no sentido forte do termo, pelo enfoque simultâneo dos dois; um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimento”.<sup>3</sup> Este pensamento dialético já está presente no primeiro capítulo, “Fronteiras da Europa”, em que ele nos fala da influência central da cultura portuguesa sobre a brasileira. “No caso brasileiro, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa” (p. 11). Mas que tradição é essa, como ele define essa cultura portuguesa? É a de uma sociedade na qual “o próprio princípio da hierarquia nunca chegou a importante”, uma sociedade que “jamais logrou constituir ali uma aristocracia fechada”, uma sociedade marcada “pela singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação”. E por que esta “frouxidão da estrutura social”? Porque existe na Península Ibérica um entranhado personalismo, um enorme valor dado à pessoa humana. Para portugueses (e espanhóis) “o índice de valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”. (p. 4-7)

Esta circunstância talvez explique o fato de que Portugal foi o primeiro país em que houve uma “revolução burguesa”. Mas uma revolução muito curiosa. Os mercadores, dada a falta de estrutura fechada da nobreza, são prontamente cooptados

---

<sup>3</sup> - Ver Antônio Cândido (1967: XL) “O Significado de *Raízes do Brasil*”. Prefácio à quinta edição, 1967, a partir daí incorporado ao livro.

por ela e a ela integrados. “Por isso a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova classe de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou antes associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição mais do que pela razão fria e calculista”. (p. 8)

Desta forma, Sérgio Buarque poderia ajuntar, a ascensão burguesa teve efeitos positivos sobre Portugal tão pouco duradouros. Mas não o faz. Portugal terá seu auge mercantil na virada de 1500, quando descobre o Brasil, para logo em seguida entrar em decadência, e ser dominado, primeiro pela Espanha, e depois, de forma indireta, pela Inglaterra. A história da colonização portuguesa no Brasil é também a história da sua própria decadência. E de como o Estado português sustenta durante séculos, de forma patrimonialista, uma classe nobre que perdera – ou nunca tivera – rendas da terra para ela própria se sustenta. Gilberto Freyre atribui essa decadência ao “abandono da terra”. Com suas terras pobres e montanhosas, dificilmente Portugal seria uma nação agrícola, que construiu sua prosperidade sobre a agricultura, como aconteceu com a França ou a Alemanha. Foi grande enquanto a grande aventura mercantil foi bem sucedida. Quando os mercados do Oriente se fecharam para Portugal, a decadência foi inevitável. Uma nobreza burocrática, patrimonialista, sustentada pelas receitas da Coroa ao invés da renda da terra, foi mantida durante séculos.

Mais adiante no livro, já no quarto capítulo, Sérgio Buarque volta ao tema da formação de Portugal para afirmar que a ascensão da burguesia mercantil, desde a Casa de Avis, não foi acompanhada de valores novos. E a “nova nobreza” dos Quinhentos, apesar de suas origens mercantis, era particularmente adversa aos negócios, ao mesmo tempo em que abandona seus hábitos militares, e se transforma em uma burocracia patrimonialista: “e se muitos ainda não ousavam trocar a milícia pela mercancia que é profissão baixa, trocavam-na pela toga e também pelos postos da administração civil e empregos literários”. As rendas coloniais, naturalmente, seriam essenciais para essa mudança, que aponta o caráter patrimonialista do Estado português.

O segundo capítulo, “Trabalho & Aventura”, volta-se mais diretamente para o caráter da colonização portuguesa. Sérgio Buarque classifica os homens em dois tipos: o trabalhador, “aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”, e o aventureiro para o qual apenas o triunfo final interessa. Há uma ética do trabalho e outra da aventura. Na conquista do Novo Mundo, tanto a feita por portugueses quanto espanhóis e ingleses predominou o espírito de aventura. Ele insiste em incluir os ingleses nessa categoria, não fazendo, como faria Caio Prado Jr. em *História Econômica do Brasil*, a distinção entre a colonização de exploração mercantil, que combinaria com aventureiros, e a colonização de povoamento, que caracterizou a Nova Inglaterra. Mas seu interesse real é pela colonização portuguesa do Brasil, que se transforma imediatamente em característica dos brasileiros. E pergunta: “Essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e

riquezas fáceis, tão notoriamente característica de nossa terra, não é uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (p.16)

Esse espírito de aventura, e um radical desinteresse por viver aqui, só pensando no retorno a Portugal, irá caracterizar a colonização portuguesa. O latifúndio, a monocultura e a escravidão surgem naturalmente no trópico, como surge a miscegenação. Os portugueses foram pioneiros nessa matéria. Já eram um povo mestiço no momento da descoberta, e já possuíam ampla experiência de escravizar mouros e negros na própria metrópole; as técnicas da plantação da cana-de-açúcar foram transplantadas da sua experiência nas ilhas Madeira. A adaptabilidade do português ao trópico, ao seu clima e a seus alimentos, como a mandioca, e a seus hábitos, como dormir na rede, foi sempre notável.

É também esse espírito que vai determinar a “natureza perdulária” da grande lavoura no Brasil, quase tanto quanto a da mineração. O caráter atrasado, rotineiro, da lavoura, e o pouco uso do arado, não podem ser explicados apenas pelos obstáculos propostos pelo meio tropical. Estes sem dúvida tiveram seu papel. Imigrantes alemães, por exemplo, adaptaram-se aos mesmos métodos predatórios. Mas os portugueses jamais se sentiram estimulados a vencer a natureza. Os métodos agrícolas, baseados muitas vezes na agricultura itinerante, não apresentavam progresso em relação ao dos indígenas.

Por outro, continuando sua crítica dura da colonização, Sérgio Buarque afirma que não apenas a escravidão e o latifúndio monocultor, mas também a informalidade portuguesa, constituíram-se em obstáculos às demais atividades produtivas e a ao desenvolvimento de profissões e grêmios de ofício. O personalismo, por sua vez, impediu as associações e a competição, que têm um objetivo material comum. Em seu lugar tivemos a “prestância” (*helpfulness*), que nada tem a ver com a cooperação, e a rivalidade, que, ao contrário da competição, só se interessa pelo dano ou pelo benefício que uma das partes possa fazer à outra. Em linguagem contemporânea, o jogo era sempre de soma zero.

Este lado irracional é completado por uma “suavidade dengosa e açucarada” que invade desde cedo todas as esferas da vida colonial, neste caso por influência da escravidão. E conclui ele, neste momento em oposição polar a *Casa-Grande e Senzala* (que ele em nenhum momento cita)<sup>4</sup>: “Sinuosa até a violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a ‘moral das senzalas’ veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo”.

---

<sup>4</sup> - Cita apenas a tese de doutorado de Gilberto Freyre, “A Cultura da Cana no Nordeste. Aspectos do seu Desenvolvimento Histórico” (1925), que foi a base para *Casa-Grande e Senzala*, e um ensaio sobre Dom Pedro II (1944).

Em compensação faz a crítica da colonização holandesa no Brasil com grande força. É certo que o bom êxito da Holanda em suas próprias fronteiras impedia a emigração para o Brasil. Mas o certo é que os holandeses não tiveram a plasticidade dos portugueses em relação aos trópicos. Seu esforço colonizador “só muito dificilmente transpunha os muros da cidade e não podia implantar-se na vida rural de nosso Nordeste, sem desnaturá-la e perverter-se”.(p.33)

Embora no segundo capítulo tenha enfatizado que “não foi uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses com a lavoura açucareira” (p.18), mas uma civilização mercantil, o terceiro capítulo falará sobre a “Herança Rural”. Não foi uma civilização agrícola, mas “foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”. É esta herança que o período imperial irá herdar. “Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominado os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a instabilidade das instituições nesse incontestado domínio”.(p.41)

O declínio da velha lavoura patriarcal coincide com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, a Independência, e a ascensão dos centros urbanos. Mas os valores não mudam. O peso da família patriarcal e dos domínios de terra autárquicos, em que o pater-famílias tudo pode, é imenso sobre a nova sociedade urbana e mercantil que então floresce, graças principalmente às grandes fortunas realizadas por mercadores de escravos. Os dois mundos se hostilizam – o rural e patriarcal e os mercadores e especuladores urbanos. O patriarcalismo vê tudo, inclusive o partido político, como uma família. Daí a exigência absoluta de fidelidade partidária, incompatível com um mundo comercial.

Mas é a velha família patriarcal que predominará durante todo o Império. E até hoje sua influência é clara. Dessa influência, Sérgio Buarque salienta um aspecto: o desprezo das elites por ela geradas, entre os quais o Visconde de Cairu, pelo trabalho e pelos negócios empresariais, e o prestígio dado, de um lado, à inteligência, à imaginação, à retórica, e de outro, à tradição, às razões morais dominantes, e à religião. E comenta, salientando o atraso do Brasil em relação aos Estados Unidos já na época da Independência, que nada estava mais distante disto do que a visão dos homens de Estado americanos que fundaram sua grande República.

Conclui o capítulo exemplificando a força da herança colonial portuguesa com as agitações sociais de então, particularmente a revolução pernambucana de 1917. Havia nela uma reedição da Guerra dos Mascates, “da luta secular do natural da terra contra o adventício, do senhor de engenho contra o mascate...” Entretanto, “vitoriosa, é pouco provável que suscitasse alguma transformação verdadeiramente substancial”. E conclui: “Este caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas entre nós durante os anos que antecederam e sucederam a Independência,

mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que à nossa vida política tinham traçado certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa”. (p.54-55).

O capítulo quarto, cujo fio condutor é a comparação entre a colonização portuguesa e a espanhola, tem o sugestivo título “O Semeador e o Ladrilhador”. Muitos países usaram a construção de cidades como instrumento de dominação. Na América Latina, é o caso do espanhol – o ladrilhador, o colonizador racional, deliberado, que constrói suas cidades a partir da praça maior, de forma ordenada, enquanto o português, o semeador, se adapta às condições do terreno e do clima.

O português é um colonizador liberal, ou mais precisamente “desleixado”. Sérgio Buarque, que dará ênfase a essa característica, a busca em Aubrey Bell, para quem esse desleixo implica menos falta de energia do que a convicção de que “não vale a pena”. E acrescenta: “tal convicção, longe de exprimir desapego ou desprezo por esta vida, se prende antes a um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais”. Enquanto a expansão espanhola tem algo desta postura, “a portuguesa no mundo foi obra de prudência, juízo discreto, realismo”, que só desaparece, com Camões, quando Portugal entra em decadência (p.76-77).

Prudência de uma colonização cuja “fisionomia mercantil, quase semita... “exprime-se tão sensivelmente no sistema de povoação litorânea, ao alcance dos portos de embarque”, pois que, conforme ele cita o padre Manoel da Nóbrega, “de quantos lá vieram, nenhum tem amor a esta terra... todos querem fazer em seu próprio proveito, ainda que seja à custa da terra, porque esperam de se ir”. No mesmo sentido, frei Vicente do Salvador, no século seguinte, lamenta que os portugueses venham até então “arranhando as costas como caranguejos”, e por mais arraigados que estejam à terra brasileira tudo o que aqui ganham querem levar para Portugal. (p.73)

Enquanto no final do período colonial havia mais de 23 universidades na América Espanhola, no Brasil não havia nenhuma: “aqui a Colônia é simples lugar de passagem” (p.65) Enquanto os espanhóis penetram no interior alto e temperado de suas colônias, os portugueses opuseram-se firmemente a essa penetração, que só ocorreu pela iniciativa dos bandeirantes de São Paulo, aventureiros mestiços, caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas. Só com o descobrimento das minas pelos bandeirantes Portugal delibera intervir com mais energia na sua possessão ultramarina. Mas de qualquer forma, “mesmo nos seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização” (p.75).

Que distância de Gilberto Freire! E como se aproxima aqui de Caio Prado Jr.! Este distingue a colonização mercantil de feitoria da mercantil de exploração, que foi a portuguesa no Brasil, opondo-as à colonização de povoamento, própria da Nova Inglaterra. Mas Sérgio Buarque e Prado Jr. opõem as duas formas de colonização mercantil à de povoamento, que nessa passagem citada o primeiro chama apenas de

“colonização”, enquanto junta as duas primeiras ficam sob o nome de “feitorização”. E quão longe está esse tipo de colonização descrito por Sérgio Buarque da “grande obra colonial dos portugueses” que Freyre celebra!

Sérgio Buarque no final do capítulo volta a comparar o gosto pela simetria e a uniformidade dos espanhóis ao desleixo do colonizador português: “A ordem que aceita não é a que compõe os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do sementeiro, não a do ladrilhador” (p.82). E o termina com uma referência à Igreja Colonial, que desde que foi submetida aos monarcas portugueses, transformou-se “em simples braço do poder”. Isto levava o clero, no Brasil, a um estado de “latente revolta”, que não impedia o fato de que “os maus padres, isto é, negligentes, gananciosos e dissolutos, nunca representaram exceções em nosso meio colonial” (p.85)

No capítulo quinto, temos o famoso “Homem Cordial”. O capítulo tem esse título, mas começa pela visão do Estado do brasileiro. Anteriormente Sérgio Buarque já havia afirmado que “a sociedade civil e a política são consideradas uma espécie de prolongamento ou ampliação da comunidade doméstica”. (p.53) Agora ele volta ao tema, em um tom hegeliano, para fazer sua própria teoria política: “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar... Só pela transgressão da ordem familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão... Há nesse sentido um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material... A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência” (p.101)

Será imensa a dificuldade no Brasil fazer a transição de uma ordem familiar, baseada no afeto e no sangue, para a do Estado, fundada em princípios abstratos. Identificando-se, aqui, com o capital industrial que então se consolidava em São Paulo, Sérgio Buarque. Há uma “crise que acompanhou a transição do “trabalho industrial...” Falando já do seu tempo, ele dirá que essa crise caracterizar-se-á muito sensivelmente pelo “decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como são sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal, e na concorrência entre cidadão” (p.104)

É nesse contexto que Sérgio Buarque faz a referência a Max Weber, e, segundo Antônio Cândido, “pela primeira vez no Brasil os conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia” são usados” (p. XLVI). A crise de transição será marcada por estas categorias. Sérgio Buarque observa que “não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidades, formados por tal ambiente (família patriarcal), compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata conforme a definição de Max Weber”. (p.105) E acrescenta Sérgio Buarque: “No Brasil somente excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o

predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenações impessoal”. (p.106)

Dessa transição difícil resulta do homem cordial brasileiro. Citando uma expressão de Ribeiro Couto, afirma Sérgio Buarque: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um caráter definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. (p.106)

Essa cordialidade não significa bondade, mas é o contrário da polidez. “Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro”. Nele predomina “o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo...” Ao invés do “triunfo do espírito sobre a vida... o horror às distâncias parece constituir, pelo menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro” (107-110).

Em seu debate com Cassiano Ricardo, depois da primeira edição do livro, em nota de rodapé à segunda edição, Sérgio Buarque vai adiante: “essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado”. E adverte, “pela expressão “cordialidade” se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas...”

Não, há, de fato, qualquer sentido apologético em *Raízes do Brasil*, mas não há dúvida que, como acontece com freqüência com os grandes pensadores, Sérgio Buarque também se transforma em um ideólogo de sua nação. No seu caso isto ocorre através de duas idéias contraditórias – a crítica dura à dificuldade da transição da família patriarcal para o capitalismo e o elogio inequívoco do homem cordial e de suas origens patriarcais. Se a identidade brasileira é mestiça para Gilberto Freyre, ela será cordial para Sérgio Buarque. Mas será também uma identidade em transição, que passa pela “revolução brasileira”, que ele procurará definir um pouco adiante, pela transição do regime patriarcal para o capitalista.

O sexto capítulo, “Novos Tempos”, já começa a nos falar dessa revolução, mas é ainda a crítica do passado que agora se mistura com a crítica do presente dos anos 30. A crítica é agora dirigida ao bacharelismo brasileiro herdado de Portugal. Sérgio Buarque esquece a utilização que fizera um pouco antes de Max Weber e vai afirmar que “a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores (tradicional) de personalidade... à ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo ao mesmo



tempo um mínimo de esforço pessoal”. (p.116) Ora, esta característica das elites do Império e da Primeira República não são exatamente patriarcais mas patrimonialistas. O interesse pelas “carreiras liberais” nada tem a haver com os interesses pelas “profissões liberais”, como Sérgio Buarque enfatiza, ao afirmar que “o liberalismo jamais se naturalizou entre nós” (p.119). É apenas a forma de acesso ao serviço público, onde é possível alcançar “meios de vida definitivos”.

O “amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas”, a confiança “no poder milagroso das idéias”, a formação de uma *intelligentzia* no Brasil formada por conselheiros de governantes que “tiveram um papel parecido com o daqueles famosos *científicos* de gostava de cercar-se o ditador Porfírio Dias...” – são todas características do patrimonialismo brasileiro pré-industrial. Daquele patrimonialismo que vicejará na capital do Império e da República à sombra do Estado. São também manifestações do elitismo brasileiro, de origens patriarcais e patrimoniais, que Sérgio Buarque assinala muito bem: “os movimentos aparentemente reformistas, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual (burocrática), se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental (patriarcal)”. (p.119 – parênteses meus). Sérgio Buarque, entretanto, tem dificuldade, como todos os autores antes de Faoro o tiveram – e ainda hoje muitos a têm – de reconhecer a importância da burocracia patrimonialista na história brasileira, a partir da Independência, quando as famílias patriarcais decadentes encontrarão no Estado Imperial o abrigo burocrático que as famílias aristocráticas portuguesas também decadentes encontram no Estado português no Século XVI.

Este é também um belo capítulo de crítica à alienação dos nossos intelectuais. Isto vai acontecer desde a Independência. Embora aparentemente ameaçadas pela decadência, as elites rurais, segundo Sérgio Buarque, mantiveram sua supremacia. Mas começa então a “patentear-se a distância entre o elemento ‘consciente’ e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional.” (p.121) O amor às letras transformou-se em “derivativo cômodo para o horror que tínhamos à nossa realidade cotidiana... Todo o pensamento dessa época (fim de Século XIX) revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético lhe serve de conteúdo”. (p.121 – parênteses meus)

O declínio do mundo rural abriu espaço para novas elites – a aristocracia do “espírito” – caracterizada pelo amor à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao Direito Formal. Estas elites intelectuais estavam “aparelhadas para o mister de preservar o caráter aristocrático de nossa sociedade tradicional”. (p.123) Estes intelectuais orgânicos formavam uma elite essencialmente alienada, que considerava o Brasil integralmente dependente do exterior. Sérgio Buarque é enfático: “Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*”. (p. 125)

É fascinante ler hoje estas palavras escritas em 1936. Especialmente para quem, como eu, que venho denunciando a alienação brasileira, hoje expressa na estratégia do *confidence building*, na tentativa de construção de confiança nos mercados internacionais através da total subordinação a eles. Ao invés de adotarmos as políticas econômicas que julgamos necessárias, esforçamo-nos desesperadamente para adivinhar o que Washington e Nova York, o que o governo norte-americano, a alta burocracia econômica internacional, e o mercado financeiro esperam de nós. Ao invés de acreditar que nosso desenvolvimento econômico depende de nós mesmos, imaginarmos que dependa dos outros. Sérgio Buarque nos diz, também indignado, que isto não é novo.

No sétimo capítulo temos “Nossa Revolução”. A “grande revolução brasileira” vem ocorrendo desde meados do Século XIX. É a revolução que termina com o agrarismo e o iberismo. É a revolução “americana”, capitalista, moderna.

O declínio do agrarismo, no final do Século XVIII e início do XIX, coincide com a hipertrofia urbana, com o avanço do intelectualismo alienado (e o desenvolvimento do patrimonialismo). Mas, por outro lado, coincide também, com a substituição da cana-de-açúcar pelo café. As lavouras do Vale do Paraíba seguiram ainda “quase sempre à risca os moldes tradicionais da lavoura açucareira”, mas no Oeste de São Paulo, desde 1840, “os cafezais adquirem seu caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrária estereotipadas desde os tempos coloniais no modelo clássico da lavoura canavieira e do engenho de açúcar”. (p.129) Com o café “o domínio agrário deixa, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial”. (p.130)

A Abolição e a República marcaram definitivamente o colapso do velho sistema latifundiário, reduzido a um melancólico silêncio. Mas “o trágico” é que o Estado brasileiro continuou a preservar como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do velho sistema. Com isto, temos “uma separação entre a vida social e a vida política”, conforme assinalou Alberto Torres, levando, de acordo com suas palavras, ao surgimento de uma elite política artificial, “verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses”.<sup>5</sup> (p.132-133)

Que fazer diante disto? Como levar adiante a revolução brasileira? Não é fácil para Sérgio Buarque, como não é para ninguém, responder à questão. Mas ele faz suas sugestões. O Estado necessita de “pujança, grandeza e solicitude...” (p.131) Nosso liberalismo democrático foi sempre postiço, “os lemas da democracia liberal parecem conceitos puramente ornamentais ou declamatórios...” (p.138), o liberalismo neutro, despido de emotividade, baseado na idéia de ‘maior felicidade para o maior número’, conflita diretamente com os nossos valores cordiais. “A tese de uma humanidade má

---

<sup>5</sup> - A citação de Sérgio Buarque é de Torres (1914: 88).

por natureza e de um combate de todos contra todos ha de parecer-nos extremamente antipática e incômoda”. (p.139) Mas, apesar disto, não há incompatibilidade nossa com os ideais democráticos.

Sérgio Buarque faz ainda uma rápida análise do fascismo e do local, o integralismo ou o “mussolinismo indígena”, naquele momento já sem a agressividade do original. Mostra que, como o liberalismo, o integralismo não é realista para o Brasil. São superfetções.

E conclui, bem ao seu estilo, Sérgio Buarque de Holanda, dialético, buscando o novo e respeitando o velho, realista e crítico: “Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude comprovada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas... O Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo... As formas superiores de sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente de suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas”.

Termina assim um grande e fascinante ensaio. Através dele, e, depois, através de uma extensa obra de historiador e ensaísta, Sérgio Buarque de Holanda tornou-se um dos grandes intelectuais brasileiros do nosso século. Alguém que representou, no Brasil, melhor do que ninguém, a transição entre o velho e o novo, entre o latifúndio patriarcal e o capitalismo industrial. Mas ele não estava claramente nem com um nem com o outro. Ele era a transição personificada. Escreveu seu livro em um tempo em que São Paulo, com o café e as elites modernas que tiveram nele origem no século anterior, havia-se tornado dominantes no Brasil, e que, naquele momento, 1936, através dos imigrantes trazidos com o próprio café, lançava-se à industrialização. Com este livro ele foi antes um ideólogo do café e da indústria, um intelectual que representou essa dupla transição melhor do que ninguém, sem nunca, porém, se subordinar a cafeicultores ou a industriais. Sua obra continuaria por muitos anos e por muitas aventuras intelectuais, até seu falecimento, em 1982, quando estava completando 80 anos.

## Referências

Bresser Pereira, Luiz Carlos (1989) "De volta ao Capital Mercantil. Caio Prado Jr. e a Crise da Nova República". In Maria Angela D'Incao, org. *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. Cândido, Antônio (1967) “O Significado de *Raízes do Brasil*”. Prefácio à quinta edição?, 1967, a partir daí incorporado ao livro.

- Freyre, Gilberto (1933) *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992. Primeira edição, 1933.
- Faoro, Raymundo (1957/75) *Os Donos do Poder*. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Primeira edição, 1957, segunda edição revista, 1975.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Prado Jr., Caio (1945) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956. Primeira edição, 1945.
- Torres, Alberto (1914) *O Problema Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro.